

## Introdução: Crises políticas na América Latina

Patrícia da Silva Santos<sup>1\*</sup>  
Ricardo Pagliuso Regatieri<sup>2\*\*</sup>

Na abertura deste dossiê sobre crises políticas na América Latina, gostaríamos de ressoar as palavras do escritor Augusto Roa Bastos a respeito do Paraguai: *“Su historia parecería, si no fuese objetivamente real, la fabulación de un dramático destino, de una tragedia ininterrumpida, con tramos de grandeza y plenitud, sin embargo, muy altos y significativos.”*<sup>3</sup> Tais palavras ecoam fortemente no cenário latino-americano contemporâneo, no qual se ensaia novamente a tragédia, sob orquestração neoliberal e, muitas vezes, abertamente autoritária e antidemocrática – quando não, de contornos neofascistas.

As atuais crises políticas na América Latina possuem intrincados vínculos históricos, econômicos e sociais. A posição (semi)periférica da região em relação ao sistema capitalista mundial, as tensões internas situadas na intersecção de classes e identidades étnicas altamente conflitantes, as heranças da origem colonial, patriarcal e escravagista convergem para deflagrar situações críticas na política institucional e evidenciam a vigência de forças profundamente desagregadoras nas sociedades latino-americanas.

Este dossiê foi concebido como uma tentativa de compreensão, incontornavelmente parcial, de situações de crise política ocorridas recentemente na região e seus nexos com forças desintegradoras prevaletentes no âmbito do capitalismo (periférico) contemporâneo.

Nesse sentido, o dossiê reúne contribuições de autores do Brasil, da Argentina e do México que discutem as crises políticas da região desde ângulos diversos. Nele, o leitor encontrará discussões a respeito das dificuldades da apreensão dos novos golpes na região por parte da Ciência Política; do debate

1 \* Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

2 \*\* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

3 BASTOS, Augusto Roa. “Paraguay: isla rodeada de tierra”, *El Correo de la Unesco*, 1977, p. 56. Disponível em: [http://www.lacult.unesco.org/docc/oralidad\\_06\\_07\\_56-59-paraguay.pdf](http://www.lacult.unesco.org/docc/oralidad_06_07_56-59-paraguay.pdf)

acadêmico no campo da Ciência Política em torno da definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe; da caracterização do governo Bolsonaro e do *bolsonarismo* pelas Ciências Sociais; das relações entre crises políticas recentes na América Latina e movimentos populares, poder judiciário e mercado; da reestruturação capitalista dos anos 1990 sob alegação de “pós-neoliberalismo”; da emergência de forças antidemocráticas na América Latina tendo em vista o quadro mais amplo da crise do sistema mundial capitalista; da forma e dos limites do Estado no subcontinente; dos limites das esquerdas no Brasil, no México e na Venezuela; das articulações do modelo desenvolvimentista dos governos do Partido dos Trabalhadores com a tensão colonialidade/decolonialidade; das insurreições do movimento estudantil após o anúncio das primeiras medidas neoliberais na educação pelo governo Bolsonaro.

A partir de uma análise de uma década de produção da Ciência Política tendo como amostra algumas das principais revistas editadas na ou sobre a América Latina assim como trabalhos apresentados em eventos dessa área, Gabriel Eduardo Vitullo e Fabricio Pereira da Silva constatam a baixa presença de análises sobre os recentes golpes na região. Os autores sugerem que o aparato conceitual e o enfoque fortemente influenciados pelo institucionalismo norte-americano que marcam esse campo bloqueiam não apenas uma compreensão mais aprofundada mas até mesmo a própria tematização daquilo que eles chamam de neogolpes na América Latina, para o estudo dos quais eles propõem uma agenda de pesquisa.

Danilo Enrico Martuscelli discute as polêmicas em torno da definição do impeachment de Dilma Rousseff como golpe nos debates acadêmicos e políticos. Por meio de uma análise bibliográfica das discussões, Martuscelli sustenta que as vertentes institucionalistas tendem a refutar a tese do golpe porque dissociam instituições e luta de classes, concentrando suas análises em processos institucionais, sem considerar as forças sociais que os mobilizam. Para o autor, a consideração da influência dos conflitos de reprodução de classes é fundamental para a compreensão do caráter golpista do impeachment sofrido por Rousseff.

Ainda no terreno da análise da produção bibliográfica, Patrícia da Silva Santos e Ricardo Pagliuso Regatieri oferecem um balanço crítico, ainda que de caráter parcial, a respeito de como o governo Bolsonaro e o *bolsonarismo* têm



sido interpretados pelas Ciências Sociais brasileiras. Os autores identificam três tipos de caracterizações do governo atual e sua base de apoiadores: a primeira recorre à experiência histórica europeia do fascismo e considera que o Brasil testemunha um renascimento desse fenômeno político, ao passo em que a segunda divisa elementos que permitem paralelos com o fascismo mas insiste na especificidade sócio-histórica brasileira, enquanto a terceira está mais preocupada com o destino do jogo político da Nova República, com seu esgotamento simbolizado pelas manifestações de 2013 e com as novas formas de ativismo digital. Santos e Regatieri enfatizam que, para uma melhor compreensão da ascensão da extrema direita no Brasil, faz-se necessário articular tendências sociais e políticas globais com aquelas em curso no país.

Com base em um panorama das crises políticas ocorridas na América Latina no período de 1990 a 2020, Pedro Borba discute o papel do que nomeia primaveras, tribunais e dólares no jogo político institucional da região. Nesse sentido, o autor reflete sobre o rol de crises do período sob a ótica da influência da eclosão de protestos com identidade cidadã, oposicionista e popular (“primaveras”); da intervenção de órgãos de controle (“tribunais”); e da interferência sobre a dinâmica representativa resultante do risco de crise cambial (“dólares”). Borba opõe-se à ideia de que os 37 episódios de crises levantados em 15 países devam-se a um estágio transitório de consolidação democrática e sustenta, por sua vez, que as intervenções desarmadas características do período moldam práticas, expectativas e limites da democracia liberal na América Latina.

Já Agustín Lucas Prestifilippo aponta que as reformas neoliberais no centro e na periferia do capitalismo levaram a uma progressiva destruição da institucionalidade democrática e a processos de desintegração sistêmica em distintos níveis da totalidade social. Mobilizando abordagens críticas do capitalismo que vão de Theodor Adorno e Max Horkheimer a Wolfgang Streeck, o autor propõe existir uma íntima correlação entre a deterioração das condições materiais de vida e a proliferação de projeções paranoicas violentas dirigidas a pessoas e grupos que catalisam as sensações de frustração. As novas forças antidemocráticas na América Latina, segundo Prestifilippo, manifestam a apropriação política de profundas tendências ideológicas conformadas pela cultura neoliberal contemporânea.



Beatriz Stolowicz, em artigo publicado inicialmente em 2011, agora traduzido para o português, discute as implicações para os países latino-americanos do modelo que costuma ser chamado, de maneira eufemística, de “pós-neoliberalismo”. A autora demonstra como, na verdade, esse modelo consistiu em uma reestruturação do capitalismo na região, com algumas críticas ao neoliberalismo que teve vigência até os anos 1990, mas sem nenhuma perspectiva real de sua negação. Nesse sentido, o projeto legitimou-se sob a alegação de “anti-neoliberal” ou “pós-neoliberal”, apropriando-se também do léxico do chamado pensamento crítico. Um dos eixos era uma reconfiguração da sociedade, que apresentava como políticas “progressistas” ideias elaboradas pelo neoconservadorismo desde os anos 1980.

Analisando os casos de governos de esquerda no Brasil e na Venezuela, Vladimir Ferrari Puzone chama a atenção para o fato de que sua gravitação em torno do Estado e as limitações intrínsecas a essa forma estreitaram o horizonte de transformações e obliteraram a construção de alternativas anticapitalistas. Enquanto no Brasil o ensaio neodesenvolvimentista por meio do Estado levado a cabo pela esquerda organizada terminou com um golpe da direita e com a subsequente ascensão de um governo autoritário, na Venezuela o regime vem recrudescendo, fazendo uso crescente da força e se apegando a todo custo à defesa do Estado e da nação contra tentativas de golpe por parte da direita.

Buscando compreender o ciclo de desenvolvimentismo recente promovido pelos governos do partido dos trabalhadores por meio de parâmetros da tensão entre colonialidade e decolonialidade, Rogério de Souza Medeiros e Bruno Ferreira Freire Andrade Lira levam a cabo um debate sobre os processos de inclusão econômica e social ocorridos no período. Para os autores, o processo de “medianização precarizada” ocorrido nos governos petistas não foi capaz de romper com modelos de desenvolvimento neoliberais próprios da colonialidade e, por isso, não logrou conter a subsequente reação conservadora e de extrema direita. Embora algumas políticas públicas de inclusão tenham rompido com modelos da colonialidade, priorizou-se a lógica da “medianização precarizada”.

Luciana Fernandes apresenta uma discussão sobre o padrão neoliberal subjacente ao governo de Jair Bolsonaro, indicando os nexos entre racionalidade neoliberal e crise da democracia liberal, com base em discussões bibliográficas

que incluem autores como Wendy Brown, Pierre Dardot e Christian Laval. Além disso, a autora se vale do episódio de resistência ao corte de gastos educacionais ocorrido no início de 2019 para discutir as potencialidades das revoltas populares e da ocupação das ruas face ao projeto de precarização e austeridade, com especial foco no ensino superior público.

Fabio Barbosa dos Santos e Marcela Franzoni discutem o governo de López Obrador no México sob o prisma dos impasses e limites que a associação subordinada desse país com os Estados Unidos coloca. Segundo os autores, López Obrador não deverá modificar o padrão vigente de relações com os Estados Unidos, buscando benefícios por meio da implementação de uma agenda doméstica de centro-esquerda pautada pela tentativa de mitigar as mazelas sociais do país sem enfrentar suas causas estruturais. Assim, seu governo poderia ser visto como uma versão tardia do progressismo latino-americano, mesclando a expectativa de crescimento econômico com programas sociais redistributivos, sem questionar os fundamentos da modernização periférica mexicana.

Como se vê, a coletânea busca tecer os vínculos entre forças sociais e crises políticas, sob diversas óticas e com base em situações específicas. Grosso modo, destacam-se as preocupações com o potencial desagregador do neoliberalismo e seus vínculos com o autoritarismo, assim como o caráter recorrente das instabilidades democráticas – sintomaticamente expressas nos golpes desarmados que tomaram a história latino-americana recente.

De todo modo, sem perder de vista a encenação da história mundial, os autores oferecem um panorama significativo dos recentes desdobramentos do “dramático destino” latino-americano por meio do debate acerca de suas crises políticas. Esperamos que o dossiê contribua para a discussão e, em alguma medida, para a reflexão em torno de possíveis formas de superação das tragédias ininterruptas da América Latina.